

A prática pedagógica de murais no contexto de privação de liberdade: entre narrativas, culturas e arquivo escolar

The pedagogical practice of murals in the freedom privacy context: between narratives, cultures and school archive

La práctica pedagógica de murales en el contexto de privación de libertad: entre narrativas, culturas y archivo escolar

Priscila Ribeiro Gomes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

pri.unirio@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-8036-5418>

Maria do Carmo Martins

Universidade Estadual de Campinas

carminhapousa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2029-1285>

RESUMO

O artigo buscou refletir sobre a produção de murais a partir de um olhar sensível, o que permitiu aproximar as histórias de vida dos sujeitos às narrativas que eram expressas nos murais. Tal percepção possibilitou tecer articulações com Goodson (2007b), tendo em vista a proposição de uma pedagogia, assentada na narrativa, voltada para um aprendizado que representa, de outros modos, as disputas pelo caráter prescritivo do conhecimento escolar. A função narrativa como um saber pedagógico pavimentou o caminho para o entendimento do aprendizado que se espera na educação de mulheres adultas e em condição de privação de liberdade. Problematizou-se como as narrativas, presentes na formação de nossas sensibilidades, potencializam práticas educativas em uma escola prisional feminina. Resultados indicam que a materialidade da produção escolar das estudantes, elemento significativo para conhecer as práticas pedagógicas, precisa ser preservada, passando a compor os arquivos escolares, pois estes revelam outros aspectos das práticas culturais.

Palavras-chave: Murais. Narrativas. Culturas. Arquivo escolar.

ABSTRACT

The article sought to reflect on the production of murals from a sensitive look, which allowed the subjects' life histories to be approximated to the narratives that were expressed in the murals. Such perception made it possible to weave articulations with Goodson (2007b), in view of the proposition of a pedagogy, based on the narrative, focused on a learning that represents, in other ways, the disputes over the prescriptive character of school knowledge. The narrative function as a pedagogical knowledge paved the way for understanding the learning that is expected in the education of women, adults and in conditions of deprivation of liberty. It was

questioned how the narratives, present in the formation of our sensibilities, potentiate educational practices in a female prison school. Results indicate that the materiality of the students' school production, a significant element to know the pedagogical practices, needs to be preserved, starting to compose the school archives, because they reveal other aspects of the cultural practices.

Keywords: Murals. Narratives. Cultures. School archive.

RESUMEN

En este artículo se reflexiona sobre la producción de murales a partir de una mirada sensible, lo que permitió aproximar las historias de vida de los sujetos a las narrativas expresadas en los murales. La reflexión posibilitó tejer articulaciones con Goodson (2007b), teniendo en cuenta la propuesta de una pedagogía basada en la narrativa, volcada para un aprendizaje que representa, de otros modos, las disputas por el carácter prescriptivo del conocimiento escolar. La función narrativa como un saber pedagógico posibilitó el camino para el entendimiento del aprendizaje que se espera en la educación de mujeres adultas y en condición de privación de libertad. Se problematizó cómo las narrativas, presentes en la formación de nuestras sensibilidades, potencian prácticas educativas en una escuela ubicada en una prisión femenina. Los resultados indican que la materialidad de la producción escolar de las estudiantes, elemento significativo para conocer las prácticas pedagógicas, requiere ser preservada, pasando a componer los archivos escolares, pues estos revelan otros aspectos de las prácticas culturales.

Palabras clave: Murales. Narrativas. Culturas. Archivo escolar.

Introdução

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita [e presente], publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos [digitados ou digitalizados] vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico (VIDAL, 2005, p. 71).

Este texto busca tecer diálogos com experiências pedagógicas a partir da prática de murais escolares, artefatos pedagógicos encontrados com frequência nas escolas brasileiras, como exposição de práticas diversas utilizadas no ensino, e que possuem como característica básica o trabalho coletivo e expressivo dos estudantes. No artigo, refletimos sobre como tal prática possibilita conexões para se pensar as culturas escolares em seus tempos e espaços (ESCOLANO BENITO, 2000), de que maneira a materialidade da produção escolar dos estudantes, elemento significativo para conhecer tais práticas pedagógicas, é

descartada, e como tais registros precisam ser preservados, passando a compor os arquivos escolares juntamente com os demais documentos administrativos e institucionais, pois estes revelam outros aspectos das práticas culturais.

Tais reflexões emergiram a partir de pesquisa realizada no Colégio Estadual Roberto Burle Marx. A escola funciona em dois turnos e possui os dois segmentos do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Localiza-se no município do Rio de Janeiro, mais precisamente no bairro de Bangu, e situa-se dentro da Penitenciária Talavera Bruce. Essa Unidade Prisional funciona em regime fechado de privação de liberdade e custodia apenas mulheres que cometeram crimes hediondos.

Por se tratar de uma escola situada dentro da prisão, algumas providências de cunho ético e administrativo precisaram ser tomadas de modo a possibilitar este estudo. Os trâmites administrativos foram lentos, pois a escola no interior do presídio funciona com regras particulares, uma vez que seguem disciplinas e horários relativos ao cotidiano prisional.

Além disso, como a pesquisa previa o contato com as estudantes, configurava um tipo de contato das mulheres apenas com o mundo exterior ao presídio, que é regido por regras bastante rígidas quanto ao horário de visitas e quem poderá ter contato com elas. Assim, tanto o protocolo de visitação à escola quanto o contato com a comunidade escolar dependeram de uma ação colaborativa muito clara entre os pesquisadores, a escola e a diretoria da penitenciária.

O Colégio Estadual Roberto Burle Marx foi um espaço que conhecemos durante pesquisas realizadas anteriormente, entre os anos de 2007 e 2008 (GOMES, 2008). Entretanto, ao voltarmos a adentrar seus espaços no ano de 2011, por ocasião da pesquisa, percebemos um conjunto de modificações pedagógicas que exigiram maior atenção quanto ao registro da materialidade escolar.

No corredor da escola, avistamos murais que moveram sentimentos de satisfação e curiosidade, ao vermos o trabalho que estava sendo realizado naquele local, pois percebemos que haviam ocorrido alterações nos modos de trabalhar com a cultura do ensino. Os murais, que já existiam no período que antecedeu às visitas, versavam sobre festas cívicas e datas comemorativas e pouco expressavam sobre a forma como as estudantes daquela escola concebiam as experiências da aprendizagem.

Em suas novas versões, entretanto, pareceu-nos que eles passaram a difundir processos nos quais os sujeitos da aprendizagem expressavam melhor sua expectativa com

a escolarização e associavam a experiência escolar ao contexto de privação de liberdade. Foi possível perceber uma proximidade entre o que estava sendo exposto nos murais e as experiências vivenciadas pelas alunas presas. Tratava-se de fragmentos de histórias de vidas expressos em forma de narrativas por meio de recortes de jornais, revistas, desenhos, pinturas e da própria escrita. Havia ali uma experiência estética, um modo de registro das histórias pessoais, conectadas com distintos registros visuais e narrativos. Tal percepção nos aproxima à Koyama (2015), que, ao tratar dos arquivos no ciberespaço, nos apresenta uma conexão com os sentidos da produção destes, ao mencionar:

A reflexão sobre a estética dos percursos digitais de arquivos no ciberespaço precisa ser ampliada. [...]. Imagens assim produzidas, visuais e literárias, vêm fazendo parte da formação de nossas sensibilidades, ao longo de mais de um século, através das interações entre os sujeitos e os meios de comunicação, que são cada vez mais ubíquos, inseridos profundamente em nosso cotidiano [...] (KOYAMA, 2015, p. 284).

Tal afirmação, que neste caso destaca a dimensão estética dos registros diversos com os quais temos contato cotidiano e reconhece que eles ajudam a formar nossas sensibilidades, pode ser entendida metaforicamente em relação aos murais encontrados na escola. Foi, pois, na perspectiva de uma educação estética voltada para a educação dos sentidos, perpassando narrativas que trazem consigo experiências e histórias de vidas — que dialogam e encontram eco em outras narrativas que se misturam a fragmentos visuais e estão presentes na formação de nossas sensibilidades, reiterando o lugar social da escola nesse cenário —, que passamos a utilizar os murais na busca por compreender as práticas pedagógicas da escola.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) trabalhado no período da pesquisa versava sobre o tema “gentileza gera gentileza”, inspirado em José Datrino, conhecido como “profeta gentileza”, e teve como objetivo geral “estimular as alunas a praticarem a gentileza cotidianamente através de atividades lúdicas que gerassem reflexões sobre o quanto nossa sociedade está carente de gentileza”.

Observando os murais, percebemos que cada série escolar produzia o seu próprio registro sobre o tema. O que mais atraiu a nossa atenção foi o fato de os murais terem uma relação bem íntima com as trajetórias de vida das alunas, bem como dos seus anseios e sonhos. Temas como paz, família, esperança, condição feminina e liberdade mostravam-se

visíveis a cada mural, demonstrando também a necessidade de as alunas externarem seus sentimentos e suas emoções.

Deste modo, foi possível perceber que a linguagem disposta nos murais conduzia a uma educação dos sentidos. Eram tomados como um espaço das sensibilidades que propiciava a criação de “outro mundo”, diferente do mundo da prisão, em que o sensível e o estético atingem o lado emotivo e ganham, na escola, uma contextualização que ressignifica o papel da escolarização como um direito social.

Por que utilizamos as narrativas?

Ver a aprendizagem como algo ligado à história de vida é entender que ela está situada em um contexto, e que também tem história — tanto em termos de histórias de vida dos indivíduos e histórias e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades formais de aprendizagem, como de histórias de comunidades e situações em que a aprendizagem informal se desenvolve (GOODSON; GILL, 2011, p. 250).

Fundamentado nos escritos de Goodson (2007b; 2008) e Goodson e Gill (2011), elegemos como caminho para a pesquisa na escola o trabalho com narrativas, tendo em vista nosso interesse em perceber como a experiência escolar produzia sentidos e significados às mulheres que frequentavam a escola quando estavam na condição de privação de liberdade. Esta escolha se deu por corroborar o autor ao afirmar que as pesquisas sociais que fazem uso das narrativas sobre histórias de vida constituem-se em formas significativas de intervenção, sendo, portanto, perfeitamente cabível utilizá-las como argumento metodológico.

Nesta perspectiva, buscamos articulações com Benjamin (1994), que nos conduziu à potencialidade das narrativas, em condições sociais nas quais a rememoração das experiências produz significados plurais nos sujeitos, em que os tempos presente, passado e futuro se entrecruzam, revivendo memórias de modo consciente e inconsciente carregadas de sentimentos.

Assim, consideramos que a reflexão que se propõe por meio das narrativas deve reconduzir o sujeito a um estado que seja capaz de rever suas concepções de mundo. Neste caso, a pedagogia narrativa tem como finalidade a aprendizagem narrativa, sendo considerada, portanto, um caminho metodológico. Ou seja, a pedagogia narrativa pode ser

uma metodologia na medida em que está assentada não somente na coleta de dados, por contato com as lembranças e memórias dos sujeitos, mas também porque se cruzam com os demais aspectos sociais e institucionais, que precisam ser considerados para que as experiências do lembrar, do lembrar e da produção dos registros ocorram em processo simultâneo.

Ainda, segundo Goodson e Gill (2011), a aprendizagem narrativa se desenvolve na elaboração e na manutenção continuada de uma narrativa de vida ou de identidade. O que mais importa nesta “modalidade” de aprendizagem são as dimensões históricas e sociais que a compõem. Quer dizer, quando propomos uma aprendizagem narrativa, por meio de um currículo narrativo, estamos dizendo que nela está inserida uma dimensão que muito nos interessa: a trajetória dos sujeitos da aprendizagem, que no caso seriam as alunas dessa escola prisional.

Interessou-nos pensar como a prática dos murais ajudava as alunas a refletirem sobre as suas vidas, partindo do pressuposto que estas não nasceram presas, e que a história de vida delas poderia nos revelar seus percursos, suas dificuldades, seus sonhos, e de que maneira estes fios são tecidos e vão se constituindo em aprendizagens narrativas antes da prisão e na prisão, bem como se entrelaçam a outras aprendizagens que estão para além dos conteúdos, nos mostrando o quanto este cenário pode propiciar mais aprendizagens do que propriamente o conteúdo escolar.

Destarte, os murais produzidos pelas estudantes, assim como os memoriais de escolarização produzidos por elas, em processo colaborativo com as pesquisadoras, foram fontes importantes para compreender como a experiência de escolarização, em condição de privação de liberdade, era resignificada pelas estudantes como uma etapa para compreender a sua própria história de vida e suas condições socioculturais. A grande riqueza desta proposta consistiu em pensar no quanto as narrativas podem contribuir para o fortalecimento do self, já que buscam trazer a experiência como possibilidade de reflexão de si mesmo. Nesse sentido, a narrativa é considerada um recurso capaz de influir no alcance do empoderamento individual.

Deste modo, procuramos compreender, por meio do estudo dos murais, os vínculos tecidos entre as alunas e a escola, na tentativa de realizar um movimento que nos permitisse perceber como a escola é (re)significada por estes sujeitos, bem como as contribuições de tais atividades, que futuramente passarão (ou pelo menos deveriam) a compor os arquivos escolares como registro de uma cultura escolar manifestada em determinado período.

Para onde vão os registros dos murais: reflexões sobre arquivo e cultura escolar

[...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69)

A percepção dos entrelaçamentos dos murais com a cultura da escola ficou evidente a partir dos estudos realizados em períodos diferentes na mesma escola, despertando para a mudança das práticas escolares, que, em momento anterior, se mostravam mais conservadoras e tradicionais, sinalizando que havia uma mudança de cultura nesse ambiente. Tal fato é confirmado, pois entre os períodos da pesquisa houve uma substituição na direção da escola, o que ocasionou uma mudança no saber/fazer das práticas, que se mostravam mais próximas à realidade dos sujeitos, dando ênfase nas experiências trazidas por cada um.

Os murais, enquanto prática pedagógica, constituem-se como registros de uma cultura escolar, neste caso, de culturas específicas relacionadas ao tempo e ao espaço escolar. Viñao Frago (1995) e Escolano Benito (2000) reiteram a importância desses elementos como estruturantes da cultura escolar, sendo referenciais básicos da codificação da cultura e, portanto, condicionantes dos processos históricos em construção.

Segundo os autores, os espaços e tempos da escola são responsáveis por configurar o que entendemos como cultura escolar. O primeiro está relacionado à natureza da escola como lugar específico, enquanto o segundo é concebido como “diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72).

A cultura escolar se caracteriza como:

‘Conjunto de aspectos institucionalizados’ — incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar, — objetos materiales — función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, desaparición[...] —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

É importante destacar que a cultura escolar traz em seu bojo uma memória que nos conduz às representações de um dado espaço e tempo que não são neutros, e, portanto,

configuram-se, de acordo com Viñao Frago (1995), como princípios conformadores de uma cultura escolar.

Deste modo, quando pensamos os murais como registros escolares, também reveladores de culturas escolares, nos colocamos a pensar: para onde vão os registros dos murais? A resposta mais coerente para esta pergunta seria: vão para os arquivos escolares. Mas será que as escolas possuem de fato um arquivo escolar, que guarde, além dos documentos das atividades-meio, os documentos das atividades-fim?

Sabemos que os documentos das atividades-meio estão relacionados, principalmente, à documentação administrativa da escola. Mas não apenas desta, outros registros documentais devem compor também o arquivo escolar. Se a atividade-fim da escola está vinculada às atividades de ensino e aprendizagem, é correto afirmar que os documentos oriundos dessas práticas pedagógicas passem a fazer parte também desse arquivo.

Corroboramos as ideias de Vidal (2005) ao falar sobre a necessidade da ampliação da noção de documento na educação. Ou seja, presenciamos, ainda hoje, uma visão restrita sobre documentos que acaba por fazer com que preservemos apenas os registros ditos oficiais. Nesse sentido, a autora (2000, p. 41) reforça a importância de “guardar peças que permitam perceber facetas do cotidiano (e não simplesmente reponham a lógica organizacional e legal das instituições)”.

Muitos ainda não se deram conta do quanto os registros do cotidiano escolar são reveladores de práticas, regras, hábitos, princípios que o permeiam, e que estes também se constituem em fontes, permitindo-nos compreender como as relações são produzidas historicamente e diferem-se a cada instituição.

O arquivo escolar é visto como instrumento de grande relevância quando pretendemos, por exemplo, estudar a história da instituição escolar, pois se trata de um espaço de preservação da memória educacional, em que identificamos as culturas que permearam e ainda permeiam a “vida escolar”. Vidal (2005), ao abordar o papel dos arquivos escolares no que tange aos desafios à prática e à pesquisa em história da Educação, destaca:

Ao lidar com os arquivos mortos de escolas, os investigadores têm sido instados a mobilizar a comunidade escolar e atentar para seus anseios. A literatura vem demonstrando a importância em associar alunos, professores e funcionários à organização e manutenção dos acervos escolares, na certeza de que a perenidade dessas iniciativas repousa

no seu acolhimento pelo efetivo da escola. Despontam, assim, argumentos em defesa da necessidade de integrar o funcionamento da secretaria à prática do arquivo permanente, gerando instrumentos de trabalho próprios ao universo documental da escola; e sobre a relevância em tornar o arquivo vivo, seja pela participação de alunos e professores na atividade de organização e guarda do acervo, seja pelo uso de alguns documentos escolares em sala de aula (VIDAL, 2005, p. 72).

Mogarro destaca o papel do arquivo escolar nos processos que ela denomina de “escrituração” da escola. Segundo a autora:

As novas fontes de informação expressam a preocupação com as vozes dos actores sociais e educativos (privilegiando os testemunhos orais e as lógicas narrativas de natureza pessoal) ou com a materialidade associada às práticas (como os objectos móveis que fazem parte dos espólios museológicos das escolas), mas a configuração da identidade histórica e institucional passa necessariamente pelo arquivo, enquanto repositório do processo de “escrituração” da escola (MOGARRO, 2005, p. 86).

Em outras palavras, o arquivo escolar, por meio de seus registros, permite (re)escrever a história da escola. Preservar a memória da instituição escolar, percebendo-a como lugar de memória (NORA, 1993), requer, todavia, que repensemos seus arquivos. Se concebemos as escolas como local de distintas práticas culturais, seu arquivo deve considerar essa mesma caracterização. Deste modo, o papel do arquivo seria o de ampliar as possibilidades de estudos a partir de fontes de informação que dialogam e que se complementam, seja para entender práticas, hábitos, costumes, ou qualquer outra dimensão relacionada ao contexto da instituição escolar.

Gonçalves e Faria Filho (2005) salientam que é imprescindível a observação do itinerário percorrido pela utilização da cultura escolar como aporte para se estudar a cotidianidade do espaço interno das práticas escolares, o que nos conduz a uma ampliação do repertório dos estudos sobre a escola e o seu processo de institucionalização na realidade brasileira.

Na materialidade que se manifesta na maioria das vezes por documentos, objetos, ou outras fontes, é possível identificar como a escola desenvolve ideias, princípios, normas, pautas, ritos, hábitos, formas de fazer que nos possibilitem construir reflexões sobre os elementos que constituem a cultura escolar.

Deste modo, concebemos como fundamental a acepção apontada por Miranda (2007, p. 41) ao abordar os fios que podemos tecer ao trabalhar com a cultura escolar. Segundo a autora, a cultura escolar pressupõe:

Uma imersão nos processos de construção e reelaboração do conhecimento difundido e modificado no espaço escolar, de modo a compreender as práticas, as relações cotidianas, as tradições curriculares, a organização do espaço escolar e a cultura material, e demanda uma opção metodológica voltada para a observação etnográfica associada à análise documental.

Sendo assim, a prática dos murais, com ênfase na categoria de cultura escolar, se destaca como relevante por considerar que esta realiza um movimento mais voltado para o interior da escola, nos permitindo pensar, segundo Gonçalves e Faria Filho (2005), que a cultura escolar envolve toda a vida escolar, abrindo brechas para estudar outros caminhos que contribuam para a historiografia educacional, destacando o arquivo como espaço revelador das memórias educacionais.

Os murais e as narrativas sensíveis dos sujeitos da aprendizagem

Durante as nossas visitas à escola para realização da pesquisa, ficou claro que o Projeto Político Pedagógico convergia para uma perspectiva muito próxima às experiências de vida das alunas, fazendo-nos perceber o quanto a cultura escolar é plural, pois ali se manifestavam outras formas de aprendizagem que se conectavam aos modos de trabalhar com o currículo formal das escolas prisionais.

A análise dos murais como registros de distintas práticas escolares nos conduziu a algumas reflexões acerca do cotidiano na Escola Estadual Roberto Burle Marx. Tais reflexões permitiram ampliar nosso entendimento sobre o conceito de cultura escolar, como por exemplo, pensar o potencial dos murais enquanto registros escolares, frutos de uma cultura escolar que está circunscrita nas dimensões do tempo e do espaço, como já mencionado acima.

Levando em consideração as situações nas quais as mulheres presas se encontravam, fortemente marcadas por questões relacionadas à violência cotidiana, a

gentileza — tema do Projeto Político Pedagógico —, que deveria ser vista como atitude comum, passa a ser encarada como um desafio de vida para essas alunas.

Nos murais, por exemplo, encontramos: textos escritos pelas presas, figuras, pinturas, desenhos, que de alguma forma relacionavam-se com suas vidas.

A prática dos murais tem se mostrado viável por entender que os registros fixados neles são, em primeiro lugar, fragmentos de narrativas sensíveis das presas, e que, num segundo momento, refletem as práticas escolares que são reveladoras também de culturas escolares.

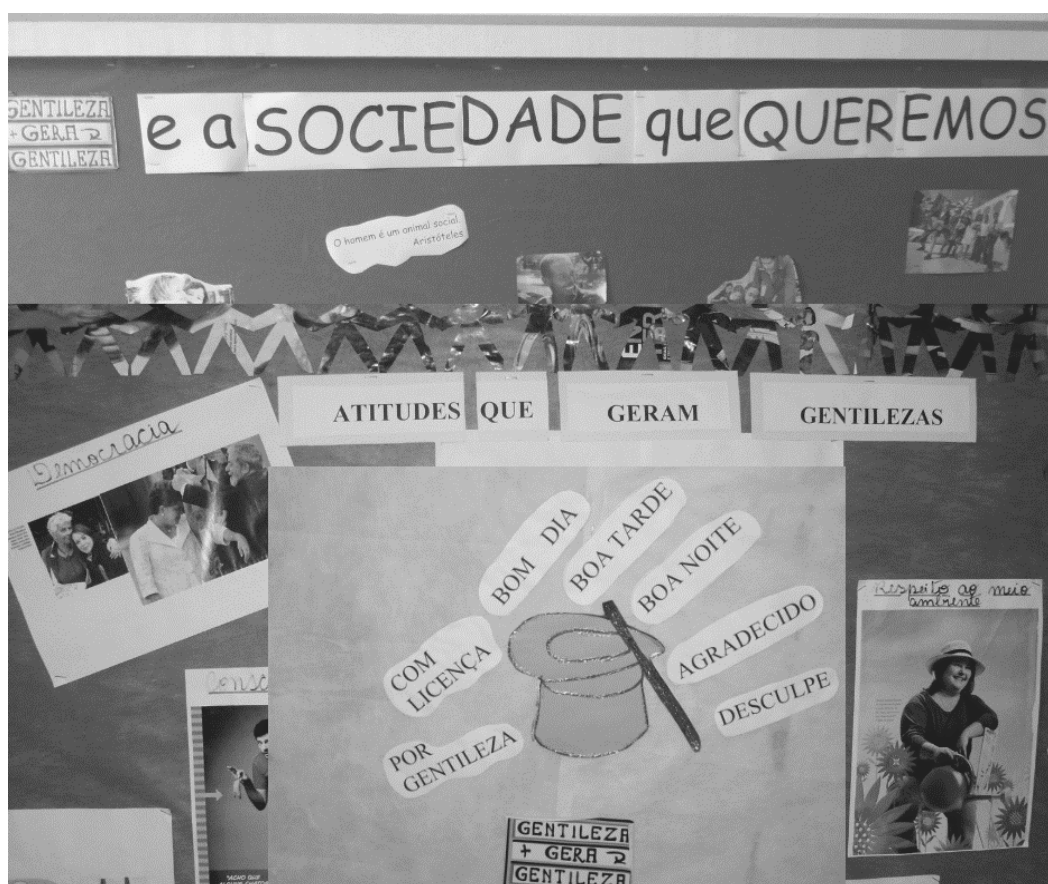


Figura 1 – Fragmentos de murais produzidos pelas alunas em situação de privação de liberdade referentes ao projeto pedagógico “gentileza gera gentileza”.

Fonte: Gomes (2013, p. 88).

Neste caso, o sentido da gentileza ampliava-se na direção de uma reflexão sobre os valores. A democracia, o respeito ao meio ambiente e as práticas cotidianas de ser gentil com o uso da linguagem compunham um mesmo cenário no qual a gentileza se consolidava.

Ampliando nosso campo de observação, notamos que a temática da gentileza se inseriu no rol de ações voltadas à valorização de uma conduta moral, sendo intensamente explorado por meio dos murais.



Figura 2 – Fragmentos de murais produzidos pelas alunas em situação de privação de liberdade, utilizando-se de recortes de revistas e jornais, cuja temática é a expressão de gestos gentis.

Fonte: Gomes (2013, p. 89).

Respeito a si e aos outros, paz, união, amor, justiça social, solidariedade e gentileza são palavras-chave presentes nos murais e que precisam ser compreendidas, em especial se considerarmos o espaço prisional, onde há uma tendência ao esvaziamento deste vocabulário. Trabalhar a temática gentileza levando em consideração as ações acima mencionadas visava promover uma educação que reformulava a prescrição curricular formal e se propunha a construir, tomando as práticas pedagógicas como mediadoras, a seleção cultural do ensino.

Dentre os murais observados, seguindo esta perspectiva, chamou-nos muita atenção o mural dos “dez mandamentos para uma convivência harmoniosa”.

É importante pensar que essas práticas reiteram o caráter educativo e socializador proposto pelo processo correccional da penitenciária, embora em outros espaços da penitenciária essas ações não sejam postas em evidência, muitas vezes por não serem conduzidas da mesma forma.

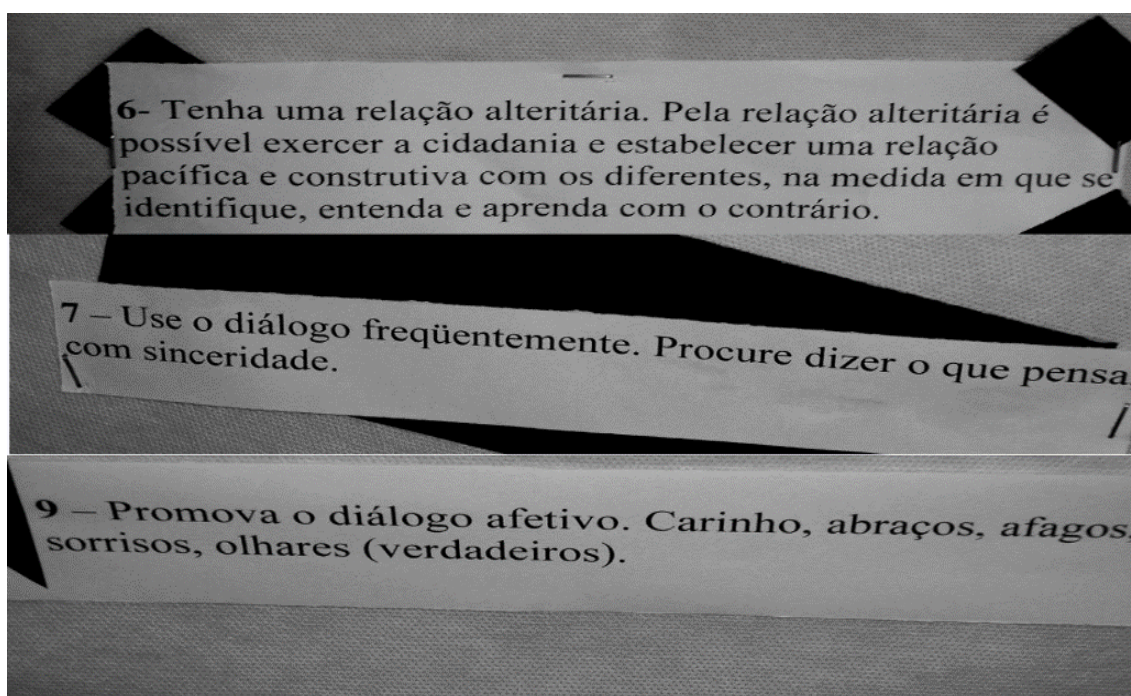


Figura 3 – Produção de mural realizada pelas alunas em situação de privação de liberdade. Mural dos “dez mandamentos para uma convivência harmoniosa”.

Fonte: Gomes (2013, p. 90).

Refletindo sobre estes mandamentos, é possível perceber alguns princípios adotados, numa clara alusão ao que se propõe com a Educação em Direitos Humanos. Observa-se que existe um trabalho voltado para a construção do sujeito, envolvendo valores, princípios, condutas, fundamentais não só para o convívio dentro da prisão, mas também para a reintegração do sujeito preso à sociedade. Colocar-se no lugar do outro, como destaca um mural, valorizar a alteridade, buscar sempre o diálogo para a resolução dos problemas, são exercícios difíceis de realizar, mas que se torna uma meta formativa no ambiente da educação prisional.

Também por estes trabalhos dos murais, pudemos perceber que existem concepções que subjazem a visões sobre os ambientes sociais das presas. A lógica da

violência combatida no plano individual em detrimento da compreensão da violência em todos os espaços sociais, inclusive os institucionais nos quais estão vinculadas; o anseio disciplinador das instituições escolar e prisional, sobrepondo-se ao entendimento crítico sobre o cotidiano como espaço de conflitos; os confrontos sendo evitados, como se deles dependessem o bem-estar comum.

Todo este cenário contribuiu ainda mais para um aprofundamento acerca do desenvolvimento da questão curricular da escola, quando o pensamos na maneira como as práticas educativas são construídas também pelos conteúdos culturais que engendram, o que nos conduz a diferentes olhares sobre a cultura da escola e do ensino (MARTINS, 2007). Destacando que a prescrição curricular deve ser entendida para além do texto oficial, podemos perceber o caráter prescritivo da educação por marcas específicas da seleção cultural que definem o que e como deve ser aprendido.

Foram destas ideias, articuladas pelo diálogo com os autores Ivor Goodson (2008) e Walter Benjamin (1994), que refletimos sobre as informações que circulavam no mural, não como lógica de uma educação moral (que claramente se apresenta), mas como associadas às experiências de vida das presas, e buscando compreender os saberes da experiência escolar, analisados em aspecto histórico-social, que representavam elementos relevantes para a aprendizagem dos sujeitos.

Considerando ainda o fato de a pedagogia narrativa reportar-se à aprendizagem estimuladora do sujeito, em seu processo de autorreflexão, para que sejam propiciadas mudanças sobre o entendimento de si e possa contribuir para que o sujeito reveja suas relações com/na sociedade, compreendemos que os murais e as práticas que neles resultaram visam conferir identidade pedagógica específica ao fato das presas frequentarem a escola. Esta, aliás, uma decisão que elas colocam todo o tempo sob suspeita, devido ao trabalho ser melhor valorizado no ambiente prisional do que a frequência à escola.

Pudemos perceber temas que eram significativos antes da entrada na prisão, e outros que se tornaram significativos após a entrada, como apresentado nos murais e nos memoriais. Experiências de vida, pessoais e coletivas misturam-se nos murais, constituindo-se numa grande narrativa, muitas vezes não expressa em forma de texto, mas por meio de outros registros que nos reportam a passagens de suas vidas. Buscamos, deste modo, pensar os murais de acordo com Lima (2007, p. 4):

As matérias veiculadas no mural revelam hábitos, práticas, regras, princípios, rituais, crenças e tradições consideradas importantes pela escola. Tais elementos são reveladores não apenas de um momento exclusivo vivenciado pelos sujeitos, mas refletem os traços de uma construção histórica, isto é, indicam como tais relações são produzidas historicamente na instituição.

Os murais constituem registros do cotidiano escolar, que à luz da pedagogia narrativa, possibilitam refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem que organizam a escola, atribuindo a eles fontes reveladoras da cultura material escolar. Neste sentido, localizar os murais, buscando compreendê-los dentro de uma proposta pedagógica, verificando suas funções como atividades e como registro histórico, foram de fundamental relevância para a pesquisa, pois se tornaram documentos de vida, uma vez que impeliam o sujeito preso a repensar suas relações com o conhecimento, inclusive, o conhecimento de si mesmo, e sobre a sociedade com a qual ele entra em conflito. Entretanto, como salientamos, há ausências, silenciamentos de outras práticas.

É importante ressaltar que o currículo narrativo se caracteriza como um elemento potencial para se chegar ao contexto da aprendizagem. Sobre este assunto, Martins (2007) destaca que Goodson passou a tratar o currículo não mais como atributo que se refere ao ensino, mas como uma característica da aprendizagem, a qual demarca como aprendizagem narrativa. Desta forma, o currículo narrativo se configura dentro de uma aprendizagem que valoriza as marcas da experiência como possibilidade de compreensão do conhecimento.

Logo, a análise desse material nos colocou diante de reflexões que estão para além da prescrição formal, em relação às diretrizes da educação prisional, abrindo-nos a possibilidade de refletir sobre caminhos de aprendizagem fundamentada na perspectiva da narrativa, já que, nessa ótica, a valorização da experiência apresenta-se como atributo potencial das práticas escolares, capaz de produzir novos significados para os sujeitos da aprendizagem.

Considerações Finais

Na linha de reflexão em pensar a relevância das práticas pedagógicas no contexto da educação prisional, nos deparamos com murais escolares e buscamos contextualizá-los na experiência dos sujeitos. Foi somente desta maneira que conseguimos conferir a eles o

sentido documental, que nos fez refletir sobre a historicidade das práticas educativas em ambientes escolares.

Mais do que fazer a história, no contexto das materialidades da escola, tomamos os murais como indícios de questões curriculares mais amplas, que tanto abarcavam os sentidos da escolarização quanto a lógica da seleção cultural do ensino.

A percepção dos murais em períodos diferentes, que antes se mostravam muito conservadores, marcados por datas oficiais, nos fez atentar para uma mudança nas práticas pedagógicas, refletindo, conseqüentemente, numa nova cultura que emergia. Isso nos fez perceber o quanto os murais podem constituir documentos de arquivos das escolas prisionais, já que com eles percebemos alguns caminhos para o estudo das especificidades destas unidades escolares, inseridas na cultura escolar.

Num primeiro momento, este artigo buscou apresentar os murais compreendidos a partir de um olhar sensível, o que permitiu aproximar as histórias de vida dos sujeitos às narrativas que eram expressas nos murais. Tal percepção nos levou a tecer articulações com autores que destacam o potencial da narrativa nos processos de aprendizagem. Dentre eles, Goodson (2007a) acabou por nos subsidiar, tendo em vista a proposição de uma pedagogia assentada na narrativa e voltada para um aprendizado que representa, de outros modos, as disputas pelo caráter prescritivo do conhecimento escolar. Assim, a função narrativa como um saber pedagógico nos pavimentou o caminho para o entendimento do aprendizado que se espera na educação destas mulheres, adultas e em condição de privação de liberdade.

De acordo com Goodson (2007b), as narrativas de vidas têm sido vistas como caminhos fundamentais que uma pessoa pode percorrer, indo atrás do que faz sentido para ela, à medida que interpreta significados e se capacita, aprendendo, assim, com o seu próprio interior. Se considerarmos que, no caso da educação prisional, a escolarização durante o período de clausura volta-se para o processo de ressocialização das presas, encontraremos nas retomadas das experiências vivenciadas, e dos anseios que sentem, uma tentativa de construir com elas sentidos tanto para a fase de aprisionamento, como modos de projetar uma atuação destes sujeitos após a fase prisional.

Goodson (2008) salienta que em determinado momento, o foco dos estudos sobre a cultura da escolarização voltava-se para interesses mais gerais e prescritivos do ponto de vista social. Porém, ressalta que, hoje, é necessário um viés de entendimento que tenha como foco a política de vida dos sujeitos, pois isso nos levará a entender a dinâmica da mudança social. Mais do que destacar a experiência individual, Goodson e Gill (2011)

ênfatisam a história de vida como vidas políticas, ou seja, são vidas que não apenas se definem na sua subjetividade (self), mas que necessitam ser compreendidas no âmbito socio-histórico como história de vida.

Contudo, os murais nos remeteram também a uma outra ordem de significados das práticas. As que são apagadas dos arquivos pessoais e dos arquivos escolares. A entrada na escola prisional nos apontou mais ainda a ausência dos registros de uma materialidade pedagógica ampla.

Desta maneira, consideramos ainda importante um aprofundamento acerca da relevância do arquivo escolar, sua função de guarda das práticas realizadas no interior da escola. Pensamos o arquivo e sua contribuição para a recuperação da memória institucional no sentido do contato com as dinâmicas cotidianas que perpassaram a escola, em que a "(...) instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também a produtora dos traços/documentos dessa cultura" (MOGARRO, 2005, p. 80).

Os traços e documentos preservados no arquivo escolar se apresentam como vestígios que nos levarão a entender/desvendar a cultura, ou melhor, a pluralidade de culturas que se manifestam no espaço escolar. Assim, este estudo nos apontou o quanto os saberes e fazeres escolares — com um olhar sensível para a produção de murais — são "pistas" para o entendimento das culturas escolares, que se manifestam em tempos diferentes, destacando o lugar importante do arquivo escolar, em especial, para a historiografia educacional.

Ao tecermos fio a fio deste emaranhado de reflexões, notamos que a dimensão estética dos murais se entrelaça aos fragmentos de narrativas, destacando possibilidades para pensar as culturas escolares por meio da preservação dos registros que os constituem, conferindo ao arquivo escolar o papel de guarda e disseminação das informações no contexto escolar.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **Tiempos y espacios para la escuela** – ensayos históricos. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

GOMES, Priscila Ribeiro. **O currículo numa escola prisional feminina: os impasses do cotidiano.** 2008. 113 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GOMES, Priscila Ribeiro. **Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão.** 2013. 227 f. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. *In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para pesquisa.* Campinas: Autores associados, 2005.

GOODSON, Ivor. Questionando as reformas educativas: a contribuição dos estudos biográficos na educação. **Revista Pro-posições**, n. 2, v. 18. mai./ago. 2007a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643542>. Acesso: 22 mar. 2021.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 35, maio/ago. 2007b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

GOODSON, Ivor. **As políticas de currículo e de escolarização.** Vozes: Petrópolis, 2008.

GOODSON, Ivor; GILL, Scherto. **Narrative Pedagogy: life history and learning.** Nova York: Peter Lang Publishing, 2011.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo digital.** São Paulo: ARQ-SP, 2015.

LIMA, Idelsuite de Sousa. Leituras do Mural: Espaço de materialização das culturas escolares. *In: 16º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 2007, Campinas. Anais.* Campinas: ALB, 2007. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss05_04.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

MARTINS, Maria do Carmo. Histórias do Currículo e currículos narrativos: possibilidades da história social do conhecimento. **Revista Pro-posições**, n. 2, v. 18. mai./ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643543>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MIRANDA, Sônia Regina. **Sob o signo da memória: cultura escolar, saberes docentes e história ensinada.** São Paulo: UNESP, 2007.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2005. Disponível:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 22 mar. 2021.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, dez./1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: Avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; EDUSF, 2000, p. 31-43.

VIDAL, Diana Gonçalves. Dossiê: arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. [Apresentação]. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1383>. Acesso em: 22 mar. 2021.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, set/dez, 1995. Disponível em http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

Revisores de línguas e ABNT: *Tamires Lemos de Assis e Carlos Jilmar Diaz Soler*

Submetido em 30/09/2019

Aprovado em 06/02/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)